

Política

CRISE

Saulo Ramos descobriu uma brecha na Constituição que pode esticar para seis anos o tempo de Sarney no poder, caso não seja estabelecido o mandato nas Disposições Transitórias. Para isso, teriam de ser suprimidas as emendas que fixam quatro e cinco anos. Mas o Supremo adverte: a questão tem de ser discutida.

Vejam só: falam em 6 anos!

É uma possibilidade admitida por parlamentares de vários partidos. Basta a retirada da emenda Iensen, que se resume apenas no envio de um ofício à Mesa.

Segundo o consultor-geral da República, José Saulo Ramos, caso não seja estabelecido o mandato do presidente Sarney nas Disposições Transitórias da nova Constituição, ele terá direito a seis anos no poder. Isso porque, como explicou, a regra segundo a qual não existe direito adquirido contra a Constituição vale apenas para o direito privado — salários, contratos, por exemplo, podem ser desconstituídos com uma nova Carta constitucional. "O mandato do presidente da República é matéria de Direito Público Institucional, e não pode ser desconstituído", disse ele. Desta forma, argumentou o consultor, a nova Constituição conteria a regra geral do mandato de cinco anos para o presidente — "E Sarney, com direito a seis, vai renunciar a um ano, ficando apenas cinco no poder, como prometeu".

A questão, no entanto, é passível de discussão. Como admitiu o ministro José Carlos Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal: "Quando sai uma Constituição nova, surgem muitos problemas, que devem ser discutidos na Justiça".

Seis anos para Sarney com eleições presidenciais somente

em 1990 e posse do eleito em 1991 é uma possibilidade admitida por parlamentares influentes de vários partidos. Para isso, porém, o deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) teria de retirar sua proposta — a única — que fixa o mandato do atual presidente em cinco anos.

A proposta do Planalto e das lideranças governistas, tendo à frente Carlos Sant'Anna, Saldanha Derzi e José Lourenço, é a de suprimir do texto do capítulo das Disposições Transitórias a emenda Jorge Hage/José Maria Eymael, da Comissão de Sistematização, que fixou em quatro anos o mandato do presidente Sarney. Para a supressão, os constituintes que seguem a orientação do Palácio do Planalto terão de conseguir pelo menos 280 votos — maioria absoluta.

Eliminado o dispositivo que estabelece quatro anos para Sarney, haveria votação da emenda Iensen, de cinco anos ao atual presidente, que confirmaria o pleito sucessório para 1989. As lideranças que defendem (ainda) eleições neste ano receiam que o governo poderá orientar seus constituintes para a retirada da emenda de cinco anos, do deputado paranaense. A rigor, não há



Saulo: direito a seis anos.

qualquer impedimento regimental para a retirada. Basta Iensen encaminhar com ofício nesses termos.

Sem a emenda Iensen, entendem muitos juristas da Constituinte — entre os quais o relator Bernardo Cabral — prevaleceria o texto da Constituição vigente, definindo mandato de seis anos para Sarney.

Outros parlamentares, porém, acham que, mesmo com a retirada da emenda dos cinco anos, ainda assim predominaria a emenda aprovada na terça-feira passada, estabelecendo como regra permanente mandato presidencial de cinco anos.

Analisando o problema juridicamente, Bernardo Cabral já alertou dirigentes e líderes do PMDB da possibilidade de ser confirmado na futura Constituição mandato de seis anos para Sarney. Para o relator, retirada a emenda Iensen, prevaleceriam seis anos para Sarney e cinco anos aos futuros presidentes.

A questão do mandato de Sarney foi um dos temas examinados na sexta-feira última, em São Paulo, durante encontro informal entre Orestes Quércia, Ulysses Guimarães, Mário Covas, Fernando

Henrique Cardoso, Severo Gomes e o relator Bernardo Cabral.

Alguns líderes partidários, contudo, não acreditam que Sarney pretenda manter-se no poder durante seis anos. Lembraram que ao enviar ao Congresso, no início de 86, proposta de emenda constitucional de eleições para a Constituinte, ele manifestou sua preferência pelo mandato de quatro anos. Em meados do ano passado, entretanto, Sarney ocupou uma rede nacional de rádio e teve, para anunciar que abria mão de um ano de seu mandato, insistindo nos cinco anos.

Politicamente, Sarney não alimentaria a retirada da emenda Iensen, pelo risco de grave reação popular, na opinião do deputado Fernando Lyra (PMDB-PE): "A sociedade exige eleições neste ano. O Planalto diz desejar eleições em 89. O presidente não ouaria tanto, orientando sua banca para lhe garantir seis anos" — disse o ex-ministro da Justiça.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), a exemplo do líder do PFL, José Lourenço, embora concordando com cinco anos, tem defendido o cumprimento do atual texto constitucional, que garante os seis anos.

Por que 5 já estão garantidos

O Centrão monta sua estratégia. E o líder Sant'Anna já faz as contas: 320 votos para os cinco anos.

O Centrão usou como tática para garantir a aprovação dos cinco anos, também para o presidente Sarney, não incluir em sua emenda coletiva qualquer menção a mandato nas Disposições Transitórias. Dessa forma, e como o texto a ser votado com preferência é do Centrão, o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, não vê nenhuma dificuldade em dar quórum em plenário com um mínimo indispensável de 280 constituintes para aprovar a manutenção do mandato de Sarney, que ele considera plenamente homologada desde a aprovação dos cinco anos para os futuros presidentes.

Tanta certeza, Sant'Anna admitiu ter por duas razões básicas: ele está jogando na antecipação da votação do mandato de Sarney que, seguindo o cronograma, só deveria acontecer dentro de dois meses. Em segundo lugar, considera praticamente impossível aos quatroanistas colocar em plenário 280 votos para aprovar emen-

das. Os cincoanistas, segundo Sant'Anna, votaram muito conscientes na semana passada, sabendo que já estariam definindo antecipadamente também o mandato de Sarney. Portanto, ele está convencido de que, mais que garantidos, são votos comprometidos.

E Sant'Anna já faz prognósticos. Pelas suas contas, Sarney terá os cinco anos garantidos com uma margem de 320 a 323 votos, do total de 344 votos que mantiveram o presidencialismo na futura Constituição. Sant'Anna descontou 40 do PT e PDT — que defendem diretas já e, portanto, quatro anos para Sarney —, mas acrescentou 19 ausentes que, garante, votariam pelos cinco anos, caso não tivessem saído do plenário logo após a vitória do presidencialismo.

O deputado Roberto Cardoso Alves, um dos fundadores do Centrão, concorda com Sant'Anna. Ele classificou a vitória do presi-

dencialismo e cinco anos para os futuros chefes da Nação como um pré-julgamento para fixar o mandato de Sarney. Para Cardoso Alves, a vitória dos cincoanistas foi uma demonstração do "prestígio" de Sarney junto aos constituintes: "Ninguém votou agora pelos cinco anos só para os próximos presidentes. Votamos já pensando em Sarney". Cardoso Alves também está jogando tudo na antecipação da votação do mandato de Sarney, pois considera este o melhor momento para consolidar seu mandato, "agora que está em franca ascensão sua credibilidade".

Outro fundador do Centrão, o deputado Expedito Machado, acredita que se fosse agora a definição do mandato de Sarney ele teria garantidos os cinco anos, pois acabou de passar vitoriosamente por dois testes: o presidencialismo e cinco anos para os futuros presidentes. "O povo quer ação, e Sarney se credenciou muito dentro do Congresso ao anunciar para breve a adoção de várias

medidas econômicas com vistas a reduzir a inflação", diz Machado. Caso Sarney não adote imediatamente essas medidas — por mais amargas que sejam — Machado acha que dificultará muito garantir a ele os cinco anos.

O deputado Luís Eduardo Magalhães, outra liderança do Centrão, foi taxativo: "Foram definidos na semana passada cinco anos também para Sarney". Ele creditou a vitória dos presidencialistas cincoanistas ao trabalho competente do governo, governadores e ministros junto aos constituintes. Mas não admitiu o fisiologismo ou as benesses do governo como principais responsáveis por essas vitórias. Em sua opinião, a tendência agora é crescer o número de adeptos dos cinco anos.

O deputado Marcos Lima (PMDB-MG) foi o único a admitir que "governo é governo e, como tal, é óbvio que, se tiver alguma coisa a oferecer daqui por diante, não será para os quatroanistas".

E a reforma do Ministério vai começar

O presidente José Sarney inicia nesta semana as articulações com o "bloco de transição" — como vem sendo chamada pelo deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) a maioria que assegurou a vitória do presidencialismo na Constituinte — visando uma nova reforma ministerial que, na visão do Palácio do Planalto, aparece como algo inevitável. De cara, duas vagas aparecem no cenário para serem divididas com os políticos leais a Sarney: o Ministério do Trabalho, decorrente da candidatura de Almir Pazzianotto à Prefeitura de São Paulo; e a chefia da Casa Civil, diante das últi-

mas sondagens para que Costa Couto concorra à Prefeitura de Belo Horizonte.

Outros cargos fatalmente também serão colocados à disposição, embora assessores políticos do presidente da República prefiram amenizar o assunto para não precipitar um confronto com algumas correntes que estão sendo cooptadas por Sarney. São eles os ministérios da Cultura, de Celso Furtado, da Previdência, de Renato Archer, e Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia — todos ligados ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Não é intenção de Sarney, de acordo com fontes palacianas, retirar da equipe o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. Em alguns círculos políticos cresceu a cotação do ministro Aureliano como um provável candidato de Sarney à sucessão e é dado também como certo no Planalto que, sentindo-se fortalecido com a nova base de sustentação ao governo, seguramente o presidente vai querer comandar o processo sucessório.

Esse cenário é montado no Planalto tendo como pano de fundo os benefícios que o mandato de

cinco anos traz para o ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que espera organizar uma boa estrutura para o PDT, nos principais redutos eleitorais do País, a partir das eleições municipais de novembro. Para vencer o desafio brizolista, Sarney entende que precisa estruturar um partido coeso, que pode ser tanto o PMDB como o PFL, ou uma nova agremiação, tendo à frente um nome que represente a tendência "centrista" que permitiu a virada na Constituinte. "Daqui para frente, esperem surpresas", avisou, na semana passada, o ministro Antônio Carlos Magalhães.